



## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

---

CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA TRANSPORTE ESCOLAR E APOIO AOS SERVIÇOS EM GERAL

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

## PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

### ÍNDICE

---

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO
2. ENTIDADE ADJUDICANTE
3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR
4. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS
5. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA
6. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA
7. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES
8. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
9. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS
10. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS
11. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO
12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
13. CAUÇÃO
14. ADJUDICAÇÃO POR LOTES
15. MODALIDADE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO ADJUDICATÁRIO
16. DESPESAS E ENCARGOS

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

### **Artigo 1.º**

#### **Identificação do concurso**

1. O presente concurso público tem por objeto principal a aquisição de viaturas para transporte escolar e apoio aos serviços em geral, de acordo com as quantidades, características, especificações e requisitos técnicos, que se encontram descritos no anexo 1 do caderno de encargos.
2. O objeto do contrato abrange ainda os serviços de manutenção programada pelo fabricante, pelo período de garantia contratado.
3. O procedimento compreende 4 (quatro) lotes.
4. Serão entregues como retoma 2 (duas) viaturas, distribuídas pelos respetivos lotes, de acordo com as características e condições de entrega definidas no anexo 2 do caderno de encargos.
5. A adjudicação poderá ser efetuada a diferentes concorrentes, em função dos lotes definidos no caderno de encargos.

### **Artigo 2.º**

#### **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é o Município de Tavira, com sede na Praça da República 8800-951 Tavira, com o número de telefone 281 320 500, com o endereço eletrónico [camara@cm-tavira.pt](mailto:camara@cm-tavira.pt) e plataforma eletrónica acessível no site [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

### **Artigo 3.º**

#### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da competência delegada, conforme n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 19 de outubro de 2021 (Proposta n.º 321/2021/CM).

### **Artigo 4.º**

#### **Órgão competente para prestar esclarecimentos**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do procedimento.

### **Artigo 5.º**

#### **Documentos que constituem a proposta**

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>, de acordo com as instruções estabelecidas no Anexo 1 deste programa do procedimento, sendo que:
  - i. O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
  - ii. No caso da apresentação por um agrupamento deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra;
  - iii. O referido documento deve ser apresentado em ficheiro com a designação “AnexoI\_[designação\_concorrente].pdf”.
- b) Proposta de preço detalhada, **com indicação expressa do lote a que se refere**, contendo obrigatoriamente o seguinte:
  - i. Lista de preços unitários das viaturas a fornecer, em algarismos e sem IVA;
  - ii. Valor total da proposta, por lote, em algarismos e por extenso, com indicação expressa da não inclusão do IVA e menção da respetiva taxa aplicável, conforme anexo 1 do caderno de encargos;
  - iii. Valor atribuído às viaturas a retomar, no caso os lotes n.ºs 1 e 4, em algarismos e por extenso.
- c) Identificação e caracterização das viaturas com indicação da marca, modelo e demais características definidas no anexo 1 do caderno de encargos;
- d) Plano de manutenção das viaturas;
- e) Catálogos das viaturas e respetivo equipamento;
- f) Período de garantia para as baterias de tração das viaturas do lote 2, que não deverá ser inferior a 8 (oito) anos, considerando um SOH mínimo de 80% (oitenta por cento);
- g) Prazo de entrega em dias seguidos;
- h) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

2. Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1, devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos para cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

4. Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, conforme disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
6. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
7. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
8. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

#### **Artigo 6.º**

##### **Idioma dos documentos da proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa.

#### **Artigo 7.º**

##### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

#### **Artigo 8.º**

##### **Prazo para apresentação das propostas**

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Tavira, acessível através do site [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até às 23:59 horas do 30.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação.

#### **Artigo 9.º**

##### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

#### **Artigo 10.º**

##### **Negociação das propostas**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

## Artigo 11.º

### Critério de adjudicação

#### Lotes 1 e 4:

A adjudicação para cada um dos lotes será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade **multifator**, densificada pelos seguintes fatores:

- Fator 1 – Preço;
- Fator 2 – Valor da Retoma.

De acordo com o modelo de avaliação constante no Anexo 3 ao presente programa, que dele faz parte integrante.

#### Lotes 2 e 3:

A adjudicação para cada um dos lotes será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade **monofator**, densificada pelos seguintes fatores:

- Fator 1 – Preço;

De acordo com o modelo de avaliação constante no Anexo 3 ao presente programa, que dele faz parte integrante.

## Artigo 12.º

### Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, em suporte digital, na Plataforma Eletrónica, utilizada pelo Município de Tavira, acessível através do site [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a respetiva notificação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, conforme minuta que se anexa (Anexo 2);
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão permanente do Registo Comercial, no caso de pessoas coletivas;
- d) Comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, no caso de se tratar de empresa sem sede e direção efetiva em Portugal;
- e) Documento comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), com o respetivo código de acesso atualizado, sempre que aplicável a pessoas coletivas.

2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1.
4. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos indicados no n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros.
5. Nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o órgão competente para a decisão de contratar deve solicitar ao adjudicatário a apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, caso em que, deverá ser apresentado o respetivo comprovativo.
6. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
7. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, é de 5 dias úteis.

### **Artigo 13.º**

#### **Caução**

Não será exigida a prestação de caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

### **Artigo 14.º**

#### **Adjudicação por lotes**

O presente procedimento prevê a adjudicação por lotes, não existindo qualquer limitação quanto ao número máximo de lotes que podem ser adjudicados a cada concorrente.

### **Artigo 15.º**

#### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

## **Artigo 16.º**

### **Despesas e encargos**

As despesas e os encargos inerentes à prestação da caução, à redução do contrato a escrito e emolumentos a pagar ao Tribunal de Contas (quando aplicável), são da responsabilidade do adjudicatário.

## ANEXO 1

### Instruções para preenchimento do DEUCP

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), de formato eletrónico, acessível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>, é disponibilizado em anexo às peças do procedimento, pré-preenchido pela entidade adjudicante, sendo que para completar o seu preenchimento, devem os concorrentes selecionar as seguintes opções:

- i. “Sou um operador económico”;
- ii. “Importar um DEUCP”;
- iii. “Carregar documento” - selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma em formato XML;
- iv. Selecionar o país do concorrente;
- v. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- vi. No final, clicar em “Exportar”, guardar o ficheiro “espd-response.xml”, imprimir o documento em formato PDF e guardar com a designação “AnexoI\_[designação\_concorrente].pdf”, devendo o mesmo ser assinado e apresentado junto com os documentos da proposta.

## ANEXO 2

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º - Anexo II do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

### ANEXO 3

#### MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

##### Lote 1 e lote 4:

A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, densificada pelos seguintes fatores:

- Fator 1 - Preço: 90%
- Fator 2 - Valor da Retoma: 10%

Utilizando a seguinte fórmula:

| Fator               | Fórmula                               |
|---------------------|---------------------------------------|
| K = Pontuação Final | $K = K_n \times 0,9 + K_u \times 0,1$ |

Que resulta da aplicação das pontuações resultantes das seguintes formulas:

$$K_n = (1 - (P_p / P_b)) \times 10$$

$$K_u = (1 - (P_{bu} / P_{pu})) \times 10$$

Em que:

$K_n$  = Pontuação viatura nova

$P_p$  = Preço proposto da viatura nova

$P_b$  = Preço base da viatura nova

$K_u$  = Pontuação viatura usada

$P_{bu}$  = Valor base da retoma

$P_{pu}$  = Valor proposto da retoma

Os cálculos do modelo de avaliação são arredondados à terceira casa decimal.

Cada fator é pontuado numa escala de 0 a 10.

##### **Critério de desempate:**

Em caso de igualdade de pontuação final, será adjudicada a proposta que apresentar, para cada lote, o menor preço no fator  $P_p$  (Preço proposto da(s) viatura(s) nova(s)), sendo que, caso a igualdade se mantenha, será adjudicada a proposta que apresentar o maior valor no fator  $P_{pu}$  (Valor proposto da(s) retoma(s)).

Caso o empate subsista, o critério de desempate será por sorteio, através de ato público, com prévia comunicação aos concorrentes, relativamente ao local e hora.

**Lote 2 e lote 3:**

A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade **monofator**, densificada pelos seguintes fatores:

- Fator 1 – Preço: 100%

**Critério de desempate:**

Em caso de empate, será realizado um sorteio público com prévia comunicação aos concorrentes, relativamente ao local e hora.